

Concepções e práticas de educação ambiental**Environmental education conceptions and practices**

DOI:10.34117/bjdv5n9-131

Recebimento dos originais: 05/08/2019

Aceitação para publicação: 19/09/2019

Maria Lúcia Gomes Figueira de Melo

Doutora em Gestão pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro/PT(UTAD).
Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará. Mestre em
Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba, Professora Assistente IV da
Universidade do Estado do Pará(UEPA), Pesquisadora Associada e Vice-Lider do
Núcleo de Pesquisa “Sociedade, Ciência e Ideologia” – SOCID/UEPA.

Instituição: Universidade do Estado do Pará(UEPA)

Endereço: Rua do Una. Nº 156 Bairro: Telégrafo Cidade: Belém-Pa/Brasil

E-mail: luc-m@uol.com.br

Maria Josevett Almeida Miranda

Doutoranda do programa de Pós-graduação em Educação para Ciência da Universidade
Estadual Júlio de Mesquita Filho(UNESP). Licenciada Plena em Pedagogia pela
Universidade Federal do Pará. Mestre em Educação pela Universidade do Estado do
Pará(UEPA), Professora Assistente IV da Universidade do Estado do Pará (UEPA),
Pesquisadora Associada do Núcleo de Pesquisa “Sociedade, Ciência e Ideologia” –
SOCID/UEPA.

Instituição: Universidade do Estado do Pará (UEPA)

Endereço: Rua do Una. Nº 156 Bairro: Telégrafo Cidade: Belém-Pa/Brasil

E-mail: almeida.josevett@gmail.com

Maria Elena Nascimento de Lima-

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação para Ciência da Universidade
Júlio de Mesquita Filho(UNESP). Licenciada Plena em Pedagogia pela União das
Escolas Superiores do Pará (UNESPA), Especialista em Docência Superior pela
Universidade da Amazônia(UNAMA), Professora Assistente IV da Universidade do
Estado do Pará (UEPA), Pesquisadora Associada do Núcleo de Pesquisa “Sociedade,
Ciência e Ideologia” – SOCID/UEPA.

Instituição: Universidade do Estado do Pará (UEPA)

Endereço: Rua do Una. Nº 156 Bairro: Telégrafo Cidade: Belém-Pa/Brasil

E-mail: elenalimaped@yahoo.com.br

RESUMO

Artigo científico que comunica os resultados de um estudo que realizamos no Núcleo de Pesquisa “Sociedade, Ciência e Ideologia” – SOCID/UEPA, desde 2007, sobre Concepções e Práticas de Educação Ambiental nas Escolas Públicas da Amazônia e, ao mesmo tempo, das experiências que vivenciamos com a execução do projeto de extensão “Escola e Sustentabilidade Ambiental com Cidadania”, em desenvolvimento pelo Núcleo de Pesquisa

mencionado, na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Vera Simplício”, um dos campos de Estágio Supervisionado do Curso de Especialização em “Sociologia e Educação Ambiental” executado pela UEPA, desde 2004, com estudantes oriundos das capitais e áreas interioranas das unidades de jurisdição da Amazônia. O referido projeto envolve alunos, professores e funcionários, tanto do Curso de Especialização, como principalmente da Escola, onde se desenvolve o projeto, cujos objetivos, visam entre outros, contribuir no processo de formação da consciência crítica e política desses sujeitos sociais que lhes possibilitem, construir uma relação desalienada com o meio ambiente, do qual fazem parte e convivem do ponto de vista local e, ao mesmo tempo, global. A intenção prática da execução deste projeto, além de atender os capítulos 35 e 36 da Agenda 21 sobre “o Meio Ambiente”, com relação a necessidade e a responsabilidade que temos em preservar e, ao mesmo tempo, conservar o planeta para as gerações futuras, do ponto de vista de seu desenvolvimento sócio-ambiental sustentável, é também reconhecer a urgente importância de se dinamizar projetos de educação ambiental, na medida em que, a educação seja sistemática ou não-formal, constitui uma via “indispensável”, por meio de qual, podemos construir uma hegemonia cultural, de que o cuidado com a “mãeterra” depende de nosso compromisso político em contribuirmos com a ampliação de uma consciência de sustentabilidade ambiental planetária.

Palavras-chave: Concepções. Práticas. Educação Ambiental. Sustentabilidade.

ABSTRACT

Scientific article that communicates the results of a study conducted in the Research Center “Society, Science and Ideology” - SOCID / UEPA, since 2007, on Conceptions and Practices of Environmental Education in the Amazonian Public Schools and, at the same time, of the experiences We have experienced with the implementation of the extension project “School and Environmental Sustainability with Citizenship”, under development by the Research Center mentioned, at the “Vera Simplício” State School of Elementary and High School, one of the Supervised Internship fields of the Specialization Course in “Sociology and Environmental Education” carried out by UEPA since 2004, with students from the capitals and inland areas of the Amazon jurisdictional units. This project involves students, teachers and staff, both from the Specialization Course, and especially from the School, where the project is developed, whose objectives aim, among others, to contribute to the process of forming the critical and political awareness of these social subjects that enable them. , build an unalienated relationship with the environment, of which they are part and coexist from the local point of view and at the same time global. The practical intention of implementing this project, in addition to meeting chapters 35 and 36 of Agenda 21 on “the Environment”, regarding the need and responsibility we have to preserve and at the same time conserve the planet for future generations. From the point of view of its sustainable socio-environmental development, it is also recognizing the urgent importance of streamlining environmental education projects, as education, whether systematic or non-formal, constitutes an “indispensable” way, through from which we can build a cultural hegemony that caring for the “earth” depends on our political commitment to contribute to broadening an awareness of planetary environmental sustainability.

Keywords: Conceptions. Practices Environmental education. Sustainability.

1. INTRODUÇÃO

O estudo sintetizado neste artigo científico, diz respeito as concepções e práticas de educação ambiental que, o Núcleo de Pesquisa “Sociedade, Ciência e Ideologia” – SOCID, da Universidade do Estado do Pará, está realizando desde 2007 nas Escolas Públicas da Amazônia. As autoras deste texto fazem parte da equipe de pesquisa, nas funções de Coordenadoras e pesquisadoras, respectivamente, porque além de membros associadas do Núcleo de Pesquisa, são docentes do Curso de Especialização em “Sociologia e Educação Ambiental” em operacionalização na UEPA, desde 2004.

Este estudo, objetiva entre outros, diagnosticar a realidade sócio-ambiental da Amazônia tanto de um ponto de vista mais global, como de um ponto de vista mais local. No caso deste artigo, trabalhamos com os resultados da pesquisa local, sobre o meio ambiente escolar da região.

A perspectiva dialógica que procuraremos estabelecer entre a teoria e os “achados” na pesquisa, se paradigmática por um referencial da Ciência Histórico-Crítica, que consideramos ser em relação aos demais referenciais teóricos, aquele que oferece maiores possibilidades epistemológicas para se analisar criticamente a realidade sócio-ambiental problematizada neste estudo.

Este artigo está estruturado em 4 partes principais. Na primeira parte, apresentamos a fundamentação teórica tomada como referencial neste estudo. A seguir, discorreremos sobre a trajetória metodológica de pesquisa percorrida. Na terceira parte, analisamos as concepções e práticas de educação ambiental nas Escolas Públicas investigadas, discutindo de forma quantitativa os resultados obtidos na pesquisa.

Na quarta parte, apresentamos as práticas de educação ambiental implementadas na Escola Pública que funciona como laboratório de pesquisa-ação em execução pelo Projeto de Extensão “Escola e Sustentabilidade Ambiental com Cidadania” SOCID/UEPA, desde 2007. Finalmente, à guisa de conclusão, apresentamos nossas considerações finais, esperando que seus resultados possam de alguma forma, contribuir para o aprofundamento do debate sobre a problemática da educação ambiental nas escolas Públicas e, ao mesmo tempo, servir para subsidiar propostas de ação pedagógica que tomem como centro de suas preocupações a educação ambiental, não somente na comunidade escolar, mas no contexto sócio-cultural mais amplo em que os sujeitos sociais convivem cotidianamente.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO DISCURSO CIENTÍFICO.

A Educação Ambiental ou Educação Ecológica, ao lado das demais Ciências do Meio Ambiente (Sociologia Ambiental, Ecologia Humana, Ecologia Social, Ecosociologia, Pedagogia da Terra e outras) é um produto histórico e, ao mesmo tempo um processo teóricoprático, tipicamente de nossa época, adquirindo importância científica sobretudo, a partir da intensificação dos aspectos destrutivos da ação humana sobre o meio ambiente, principalmente, após a revolução industrial que engendrou inúmeras contradições socioambientais, entre as quais, se destaca o processo de alienação ecológica, que na Sociedade Pós-Industrial impõe um padrão de exploração dos recursos naturais e humanos, como objetos de acumulação e reprodução ampliada do grande capital.

Segundo alguns teóricos da Educação Socioambiental, ainda que esta ciência já existisse enquanto “fato”, desde séculos anteriores, como evidenciam os inúmeros relatos sobre a insalubridade do ambiente fabril, face a poluição do ar, sonora e a falta de arejamento das fábricas; o despejo dos detritos orgânicos e materiais diretamente nas ruas e nos leitos dos rios e; a superexploração dos operários.

Essa preocupação histórica sentida, só teve condições objetivas para se impor enquanto um saber transdisciplinar, holístico e científico, quando os efeitos da degradação ecológica que, antes só atingia a “natureza” (em sua noção de matéria física “sem vida”) e os trabalhadores pobres, começaram também a alcançar as classes sociais mais abastadas, ensejando o debate científico e político sobre a problemática socioambiental e a necessidade de uma ação educativa estruturalmente transformadora para a Sustentabilidade Ambiental do planeta. Assim é que, só depois da segunda metade do século XX (1960), a produção teórica da Educação Ecosocial começou a ser elaborada, como consequência dos impactos sócioambientais observados após a 2ª grande guerra mundial e, principalmente, durante a expansão do Capitalismo Industrial em nível transnacional.

Um marco histórico do imenso debate intelectual da questão ecológica enquanto problemática socioambiental, foi a repercussão gerada pela publicação da obra “Primavera Silenciosa” (1962), de autoria da bióloga norte-americana Rachel Carson (1907-1964), segundo a qual:

O mais alarmante de todos os assaltos do “homem” sobre o ambiente é a contaminação do ar, da terra e do mar com materiais perigosos e letais. [Essesprejuízos socioambientais] são em sua maior parte irrecuperável. Gera uma cadeia de prejuízos ... não somente no planeta que deve sustentar a vida,

mas nos tecidos vivos, que são em sua maior parte, irreversíveis. Nessa contaminação global do ambiente, os químicos [e todos nós] são os parceiros sinistros e pouco reconhecidos da radiação na mudança da própria natureza do planeta: a natureza da própria vida (CARSON, 1962, p. 5-6).

Esta obra denunciou as externalidades negativas causadas pelo DDT e outros agrotóxicos nocivos ao ambiente e à saúde humana, razão pela qual, o seu uso foi desde então, proibido nos EUA. A partir daí, o debate sobre a degradação do meio ambiente e a necessidade de uma nova forma de educação, ganhou o mundo, passando a ser discutido na sociedade como uma ação indispensável para garantir a continuidade da vida na Terra.

Ainda que todos os seres vivos retirem da natureza as bases materiais de sua existência, exercendo sobre ela uma certa alteração, somente o homem é capaz de uma ação estruturalmente transformadora, seja para conservá-lo ou para depredá-lo, como a que já vem ocorrendo nas últimas décadas, cujas alterações climáticas tem se revelado catastróficas para a humanidade.

Enquanto os animais irracionais provocam pequenas alterações no meio ambiente que são assimiláveis pelos mecanismos autoreguladores dos ecossistemas, não acarretado por isso, um desequilíbrio ecológico; os seres humanos transformam a natureza da qual fazem parte, em simples meio de produção a serviço dos interesses mercadológicos do Capitalismo.

O princípio venal da lógica de mercado e a ambição pelas extraordinárias taxas de lucro mais imediatas, necessidades economicistas fabricadas pelo Capitalismo, caracterizam a ação predatória do homem sobre o meio ambiente, transformando-o em um simples instrumento para o capital, cujos efeitos devastadores põe sob risco a própria existência do homem no planeta.

Essa realidade socioambiental explosiva criou condições objetivas e intelectuais para o nascimento das chamadas “Ciências Ambientais”, que discutem atualmente entre outras questões, a emergência da educação ambiental, como uma das ações mais importantes para se construir uma consciência política em prol da preservação e da conservação ambientalmente sustentável do planeta, tanto para as gerações presentes como futuras.

Este artigo trata justamente desta questão socioambiental, na medida em que, a reflexão ecológica deixou de pensar a “natureza” como “algo” separado da humanidade para incluir as múltiplas e concretas determinações históricas da relação que se estabelece entre sociedade e meio ambiente, se preocupando com as formas sociais e pedagógicas, através das quais, os homens podem pela educação, (re)construir uma relação desalienada com o seu próprio “ser”, ou seja, com a natureza.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE PESQUISA

Este estudo partiu de uma pesquisa bibliográfica sobre a temática problematizada, selecionando-se as principais idéias e teses dos autores-âncoras que se paradigmaticam por uma abordagem teórico-metodológica da Ciência Histórico-Crítica, onde entre outros, se destacam, Karl Marx (1978); Friedrich Engels (1979); Antonio Gramsci (1982); Paulo Freire (1969) e Dermeval Savianni (1997).

A seguir, realizou-se uma pesquisa documental, visando aprofundar o nível teórico do estudo, tomando-se como textos básicos, os Parâmetros Curriculares Nacionais, particularmente no que concerne ao volume sobre os “Temas Transversais”, relacionado à temática do “Meio Ambiente”, além do Projeto Político Pedagógico – P.P.P. da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Vera Simplicio”, “locus” observacional que serviu de laboratório de pesquisa-ação do projeto de extensão universitária, na qual se executa junto com a comunidade escolar, ações pedagógicas de Educação Ambiental.

Finalmente, se realizou uma pesquisa de campo, recorrente reatualizada que ainda prossegue, não apenas entre os alunos e professores da escola mencionada, mas principalmente, nas demais escolas públicas das áreas interioranas e rurais da região, através dos sub-projetos de pesquisa sobre concepções e práticas de educação ambiental, que orientamos aos pósgraduandos do Curso de Especialização em Sociologia e Educação Ambiental, que residem em tais áreas, nas várias unidades de jurisdição da região Amazônica.

Uma das principais finalidades da pesquisa de campo é, não só fornecer mais concretude ao processo de investigação do problema estudado, mas principalmente, garantir a atualidade dos dados e informações coletadas e, ao mesmo tempo, assegurar uma abrangência mais holística e intersubjetiva do estudo, envolvendo um maior número possível de pesquisadores comprometidos com a questão ambiental em nível, não apenas local, mas pelo menos regional.

4 CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS

Nesta pesquisa, verificou-se que apesar da preocupação com a temática ambiental, a influência dos PCNs foi bastante tímida, já que a maioria dos sujeitos da informação da pesquisa, informou “que embora já tivessem ouvido falar nos PCNs, não tinham lido o documento em sua íntegra”; alguns apenas o folhearam; enquanto outros docentes (do interior principalmente) disseram que receberam a coleção da Secretaria de Educação do Município, mas que não tiveram tempo de ler nenhum de seus volumes, pois trabalham uma jornada dupla

em mais de uma Escola, para garantir o sustento de sua família, ainda que de forma bastante difícil, face a desvalorização e precarização do trabalho docente.

Indagados sobre a importância e a necessidade de se trabalhar pedagogicamente com a educação ambiental, a maior parte dos docentes entrevistados, demonstrou que estavam dispostos e até desejavam trabalhar com a temática, mas que o referido assunto, só era contemplado nos programas de Geografia e de Biologia, enquanto as demais disciplinas não incluíam este assunto no programa.

Por essas informações, ficou evidenciado que os professores do ensino público estão ainda muito “presos” à uma concepção de currículo centrado em disciplinas e, que os próprios PCNs, como já observamos no tópico anterior, contribuíram para que essa concepção curricular tradicional, fosse de certa forma, consolidada.

Outro ponto preocupante revelado na pesquisa, foi o desconhecimento do P.P.P. da Escola por parte de professores e alunos, segundo os quais, este documento foi elaborado pela direção e o corpo técnico das Escolas, ou seja, de forma centralizada, sem nenhuma participação da comunidade escolar e, muito menos da comunidade mais ampla, na qual as Escolas estão “inseridas”.

Consultando esses documentos nas Escolas pesquisadas, observamos que não há nenhuma menção sobre educação ambiental e, muito menos uma concepção de como se trabalhar pedagogicamente a temática nas Escolas Públicas, apesar de termos localizado a coleção dos PCNs na biblioteca escolar e na estante da direção. Indagados sobre a concepção que tinham de “Meio-Ambiente”, mais da metade dos professores e alunos, ou seja, 73% da amostra entrevistada, enfatizaram que o “meio ambiente” corresponde à natureza, ou seja, a floresta, os rios, o solo e a fauna que habitam determinado território, isto é, o “habitat natural” do planeta; enquanto apenas 27% dos docentes e discentes entrevistados, incluíram também os “seres humanos” como fazendo parte do meio ambiente, ao lado da natureza.

Como se pode concluir pelas “falas” dos entrevistados, a concepção dos alunos e professores da rede pública sobre “meio ambiente”, é ainda fortemente marcada por uma ideologia positivista, que considera apenas a natureza física, delimitada geograficamente. Mesmo aqueles que incluíram os “sujeitos humanos” como habitantes do meio ambiente, o fizeram sob uma perspectiva funcionalista, já que segundo eles, “a natureza e o homem são distintos e, cada qual cumpre uma função específica no meio físico”.

Indagados sobre os problemas ambientais da Escola, os professores e os alunos disseram que é o lixo (38%); a falta de água (29%); os banheiros e fossas entupidas (18%) e, o

mato alto na área de recreação (15%). Como se pode concluir pelas respostas dos entrevistados, não é tão fácil para alunos e professores construírem uma consciência ecológica de sustentabilidade ambiental, quando suas reais condições de trabalho de vida são visivelmente precárias.

Outros professores e alunos destacaram ainda, as carteiras quebradas; as goteiras nas salas de aula e; os ventiladores de teto danificados, além da falta de arejamento e o intenso calor nas salas de aula que dificultam a concentração dos alunos e, conseqüentemente, o trabalho pedagógico dos professores. Com relação ao destino final do lixo, a maioria das Escolas Públicas localizadas em áreas de periferias urbanas de Belém, não possuem coleta diária e nem seletiva de lixo, razão pela qual, este fica acumulado por vários dias na porta da Escola, até que a caçamba da Prefeitura faça a recolha do material, quando este não é espalhado pelos “cães-famintos” que vivem nas ruas.

Quanto as Escolas do interior e da zona rural que fizeram parte da pesquisa, cerca de 53% dos professores e alunos disseram que o lixo é enterrado no quintal da Escola; enquanto 47% disseram que o lixo é queimado na parte dos “fundos” da Escola. Lamentavelmente, nenhuma Escola pesquisada trabalha com a reciclagem ou reutilização do lixo.

Com relação às práticas de educação ambiental, a maioria dos alunos e professores disseram que estas são aplicadas através de projetos de alguns professores, como nos casos dos docentes de Geografia ou de Biologia, e às vezes por iniciativa de alguma universidade ou da própria Escola, através de Eventos Culturais, particularmente no Dia Mundial do Meio Ambiente (05 de junho) e no Dia da Árvore (21 de setembro), quando ocorrem palestras proferidas por professores; mostras de vídeos-documentários sobre a devastação ambiental da Amazônia, confecções de murais sobre as catástrofes ambientais e, certames de redação sobre o meio ambiente escolar e a necessidade de se manter a Escola limpa, geralmente por parte de iniciativas de ONGs ou de intelectuais de fora da Escola.

As Escolas do interior e da zona rural já apresentam algumas atividades mais concretas, como nos casos da arborização do pomar; a horta escolar e, as caminhadas ecológicas.

Com relação ao envolvimento da comunidade do entorno da Escola nas atividades de educação ambiental, a maioria dos professores e alunos entrevistados, disseram que as Escolas estão ainda distantes da comunidade e, por isso apenas, ocasionalmente, esta participa, como nos casos das “Feiras de Cultura”, realizadas anualmente nas Escolas.

Em última análise, podemos concluir que, a gestão da educação ambiental nas Escolas da Rede Pública do Estado do Pará, no que concerne as concepções e as práticas dos sujeitos

do processo educativo, apresentam uma realidade preocupante e contraditória com os princípios fundamentais da educação ambiental, concernentes à necessidade de uma consciência crítica e política sobre os problemas sócioambientais que afligem o planeta, bem como da importância de uma práxis desalienada e transformadora, comprometida com a sustentabilidade ambiental, ou seja, com o desenvolvimento sustentável do meio ambiente, o que significa dizer que, podemos e devemos **“desenvolver sem destruir”**.

5 PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA EXPERIÊNCIA DE PESQUISA-AÇÃO NA ESCOLA PÚBLICA

A Pedagogia Social Dialética classifica as práticas de educação ambiental, em processos didáticos alienados e práticas didáticas desalienadas, do ponto de vista ecológico, político, econômico e social.

As práticas didáticas alienadas seriam aquelas descomprometidas politicamente com uma Pedagogia Histórico-Cultural-Crítica, cujos processos objetivam manter e reproduzir a ordem social estabelecida. Seriam aqueles processos didáticos que Libâneo (1983), classifica como acrílicos, destinados a reforçar a alienação social que existe entre sociedade e natureza nas sociedades não-igualitárias, como no caso das sociedades capitalistas. Tais processos, quando aplicados para se alcançar uma “educação ambiental”, acarretaria uma verdadeira deseducação (anti) ambiental, na medida em que, favoreceria a ampliação da destruição devastadora do meio ambiente.

Em nossa pesquisa, desde 2007, nas Escolas Públicas da região, constatamos por exemplo, a recolha do lixo não-seletivo; a sua queimada nos fundos do quintal da Escola; restos de merenda espalhados pelo chão; sacos de arroz mal acondicionados e apodrecendo nos depósitos da Escola, ou seja, um desprezo total para com a educação ambiental, além de alguns processos didáticos que ocorrem de forma esporádica, nas chamadas Feiras de Cultura, ou nas experiências isoladas de alguns professores que fazem pesquisa-ação, preocupados em elaborar suas dissertações de mestrado e teses de doutorado, projetos que via de regra, não nascem das necessidades da comunidade escolar e, muito menos, do universo cultural e social de seu alunado.

Tais práticas, estas “sim”, talvez nem mereçam a qualificação de didáticas e, muito menos de educação ambiental, mas ainda assim, não são destituídas de teoria, já que seus pressupostos teóricos estão a serviço dos interesses da acumulação capitalista, tenham ou não consciência disto, os sujeitos de tais ações “anti-ecológicas”.

Por outro lado, as práticas didáticas ambientalmente, desalienadas, seriam aquelas compromissadas com o processo de formação da consciência crítica e política dos sujeitos das relações sociais de ensino-aprendizagem, sejam estas, processadas em ambientes escolares e/ou não-escolares. As práticas didáticas, mais predominantes nas Escolas da Capital pesquisadas, segundo professores e alunos entrevistados, são as palestras sobre o meio ambiente e a devastação da floresta amazônica, particularmente no Dia Mundial do Meio Ambiente (05 de junho) e no Dia da Árvore (21 de setembro), além da projeção de vídeos-documentário sobre a degradação ambiental da Amazônia, confecções de murais sobre as catástrofes ambientais e, certames de redação sobre a necessidade de se manter a Escola limpa.

Nas Escolas do interior e da zona rural, os entrevistados citaram os projetos de arborização, do Pomar, a Horta Escolar, os canteiros de mudas e, as Gincanas Ecológicas. A nossa experiência na Coordenação do Projeto de Extensão “Escola e Sustentabilidade Ambiental com Cidadania”, participamos, anualmente, no início de cada ano letivo, do planejamento pedagógico, onde sempre rerepresentamos o projeto como forma de reafirmá-lo junto à comunidade escolar, sobretudo em virtude dos novos docentes, alunos, técnicos, gestores e demais funcionários que entram para a Escola. Neste planejamento, procuramos através de uma “escuta-sensível” ouvir e observar “in loco” os problemas ambientais mais prementes da Escola e, na medida do possível, desenvolvemos uma programação anual, envolvendo os alunos e professores que se dispõem a participar do projeto. Atualmente, estão conosco na coordenação além da equipe executora, três (3) técnicas em assuntos pedagógicos da Escola, e a diretora que solicitou sua inclusão no projeto.

Neste planejamento, com base no diagnóstico dos problemas ambientais apontados e observados, traçamos um plano das atividades de educação ambiental que, deve ser executados durante o ano em curso. Com a execução do projeto mencionado, já foram realizadas em conjunto com professores e alunos, inúmeras práticas de educação ambiental onde entre outras, destacamos:

- 1) Palestra sobre “Qualidade de Vida e Conservação do Meio Ambiente Escolar, Doméstico e Comunitário”;
- 2) Palestra sobre “A Escola Ambientalmente Sustentável que Desejamos Construir”;
- 3) Conferência científica sobre “Meio Ambiente e Devastação Ecológica na Amazônia”;
- 4) Palestra sobre “A Importância da Flora e da Fauna para o Equilíbrio do Ecossistema Ambiental”;

- 5) Oficinas de “Práticas Interdisciplinares de Educação Ambiental”; 6) Construção de um canteiro de mudas ornamentais;
- 7) Projeto de uma Mostra de Vídeo-Documentário sobre “A Devastação Ambiental na Amazônia”;
- 8) Implantação de uma Horta Escolar com preenchimento de canteiros com terra preta e semeadura de hortaliças;
- 9) Realização de Encontros Estaduais sobre o Meio Ambiente desde 2009 até 2016;
- 10) Realização da Semana Mundial do Meio Ambiente (5 a 11/06/2013 a 2016);
- 11) Realização da Semana da Árvore (16 a 21/09/2013);
- 12) Construção dos bancos do Anfiteatro com jogos de xadrez e damas;
- 13) Pintura da área interna e externa da Escola;
- 14) Construção de uma sala para o Projeto;
- 15) Podagem das árvores que danificam o telhado da Escola;
- 16) Corte e manutenção do gramado da Escola;
- 17) Aquisição de contêineres para a coleta seletiva de lixo;
- 18) Reconstrução da fossa biológica da Escola;
- 19) Projeção do filme “Amazônia em Chamas”;
- 20) Lançamento anual do Certame Estudantil da Redação “Minha Escola: O Cuidado com o Meio Ambiente Escolar”.

Convém ressaltar que, toda prática didática, seja esta realizada na Escola e/ou nos ambientes não-escolares, deve sempre partir da realidade sócio-cultural dos alunos, ou seja, de sua comunidade escolar e doméstica e, só aos poucos, ascendendo aos diferentes contextos sociais mais amplos, com a finalidade de não apenas informar, mas fundamentalmente, formar o cidadão crítico e politicamente comprometido com a sustentabilidade ambiental de um planeta saudável às gerações atuais e futuras.

Trabalhar com educação ambiental em ambientes sociais, ecologicamente, degradados, não é tarefa fácil, pois o próprio princípio do sistema capitalista, de que se deve lucrar a qualquer custo, pouco importando os meios utilizados para se alcançar as taxas extraordinárias de lucro, já se torna uma ideologia poderosa para que não se leve em consideração qualquer ação ambientalmente transformadora, que se dedique a “brecar” esta ambição desenfreada do modelo de crescimento capitalista, já que este, ao mesmo tempo que produz a riqueza, produz também a miséria em todas as dimensões da vida; a miséria da natureza violentada, a miséria da educação para submissão, a miséria da didática positivista, a miséria da filosofia

conservadora, em fim a miséria de uma sociedade ambientalmente e politicamente desumanizada.

Não é tão fácil também, porque predominam entre os sujeitos sociais, posturas acríticas, tendendo a reprodução de uma educação dominante tradicional, cujas práticas são incapazes de contribuir na construção do desenvolvimento autossustentável do ambiente social em que (con)vivemos. Fundamentalmente, em decorrência da dicotomização da vida, provocada pela fetichização do mundo mercadológico, os seres humanos em seu sentido mais amplo, não se vêem como parte do ambiente, conforme Marx (1978), já criticara quando analisou o processo de alienação social que existe entre homem e natureza nesse tipo de formação sócio-histórica.

Outra dificuldade apontada na pesquisa e, em nossa prática, no projeto de sustentabilidade ambiental nas Escolas Públicas da Amazônia, é o distanciamento que infelizmente, ainda persiste entre Escola e comunidade, por isso, há uma urgente necessidade de se criar campanhas educativas para que a família e a comunidade assumam também, de forma coletiva, a responsabilidade com a educação ambiental.

Enfatizamos ainda, a necessidade de nossos educadores se envolverem mais com a problemática da educação ambiental, sem os quais, todo esforço nesta direção, não passará de um conjunto de “boas” intenções e de experiências improvisadas de alguns técnicos e professores esclarecidos, mas cujas ações, não conseguem repercutir satisfatoriamente, de modo a contribuir no processo de construção de sujeitos transformadores, preocupados holisticamente com a sustentabilidade ambiental do planeta.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção gramsciana de Educação Sócioambiental, considera a necessidade de uma ação prática dos sujeitos do processo educativo, baseada no “núcleo sadio” de suas concepções de mundo, ou seja, baseada no “bom-senso” como ponto de partida; seguida de uma reflexão crítica e politizada de suas reais possibilidades, limitações e consequências ecossociais, com a finalidade de se alcançar como “ponto de chegada”, à uma ação socioambientalmente transformadora da realidade degradada, na qual, se está, politicamente intervindo.

Como enfatizou Gramsci (1982), ainda que se parta da concepção de mundo do cotidiano vivido pelas classes populares em oposição à ideologia das classes dominantes, não se deve limitar as ações de educação ambiental, a atos pessoais rudimentares e simplórios do “senso comum” de uma realidade já ultrapassada, mas realizar o exercício coletivo e político de uma pedagogia crítica, tendo em vista superar a concepção ingênua de mundo, em busca de

uma nova ação, baseada em uma “filosofia da práxis”, ou seja, socialmente transformadora da sociedade, que tenha como finalidade política, libertar para autoemancipação humana global e sustentabilidade socioambiental do planeta.

Assim, como bem enfatizou Marx (1978), “não basta interpretar o mundo, mas importa transformá-lo”, visando (re)construí-lo socialmente em bases de sustentabilidade ambiental, para que os sujeitos sociais em suas relações com seus semelhantes e demais componentes da cadeia ecossistêmica natural e sócio-cultural da sociedade global, tenham condições reais de construir um “outro mundo” possível, baseado agora, em uma convivência desalienada com todos os “seres” dos sistemas vivos e não-vivos do planeta, de modo a garantir um padrão digno de qualidade de vida e felicidade plena, à todas as gerações, presentes e futuras.

Tomando-se, pois, esta concepção de educação, foram selecionadas, a partir das sugestões dos próprios sujeitos envolvidos na pesquisa, as seguintes proposições:

- 1) Conceber a Educação Ambiental, como um processo político e ecossocioeducativo, cujas ações transformadoras sejam oportunizadas, tanto em ambientes escolares, como extra-escolares, ou seja, às redes de ensino formal, não-formal e informal, envolvendo tanto os setores oficiais organizados públicos e privados, como os nãoorganizados da Sociedade Civil, de modo a construir uma consciência política abrangente e ecologicamente desalienada na Sociedade Global;
- 2) Universalizar a Educação Ambiental em todas as séries e em todos os níveis de ensino e, não apenas nos 3º e 4º Ciclos do Ensino Fundamental e no Ensino Médio como preconiza os PCNs do MEC, mas se estendendo inclusive, como uma das áreas de concentração de Cursos de Graduação e Pós-Graduação em educação e áreas afins;
- 3) Criar junto às IES, públicas e privadas e, prioritariamente nas Universidades, Observatórios e Laboratórios de Pesquisa e Práticas de Educação Ambiental, ecologicamente limpas e, socialmente transformadoras de ambientes degradados;
- 4) Institucionalizar em nível de Estado, as “Olimpíadas Científicas de Educação Ambiental” (OCEA), coordenadas pela SEDUC, mas organizadas anualmente por uma Universidade Pública, envolvendo a juventude das Escolas Públicas e Privadas e os autodidatas interessados na construção de propostas de educação ambientalmente sustentáveis;
- 5) Criar a “bolsa ecologia” aos alunos do ensino médio e superior, interessados em se envolver com projetos de pesquisa ou de Ação Sócioambientais, junto às Escolas Públicas e/ou na comunidade na qual convivem;

- 6) Instituir junto às Escolas de Ensino Fundamental e Médio da rede pública e particular, assim como nas IES públicas, a “Semana Anual de Educação Ambiental” como fase preparatória do “Encontro Estadual de Educação Socioambiental”, a ser institucionalizado pela SEDUC e, organizado pela UEPA anualmente;
- 7) Implantar o “Projeto de Coleta Seletiva do Lixo Diário” nas Escolas Públicas, assim como nos prédios, nas praças, nos logradouros públicos e, nas esquinas de cada bairro das comunidades de cada município do Estado;
- 8) Implantar uma central de recebimento em nível de cada bairro, do lixo tecnológico descartável pelos usuários das tecnologias modernas, objetivando o destino final, ecologicamente adequado do “lixo do luxo” das sociedades de consumo;
- 9) Incentivar através de uma linha específica de crédito às pequenas e médias empresas, dedicadas à reciclagem e a reutilização do lixo, especialmente do lixo tecnológico;
- 10) Implantar uma Usina de Compostagem do lixo doméstico, visando reduzir os impactos ambientais do lixo descarregado nos lixões “a céu aberto”;
- 11) Instalar ao lado de cada Escola Pública, uma Unidade de Saúde de Pronto Atendimento para atender às necessidades da comunidade escolar e à comunidade do entorno, na qual a Escola está inserida;
- 12) Instalar ao lado de cada Escola Pública, uma Unidade de Segurança Pública Comunitária, objetivando prevenir e coibir os atos de violência contra a comunidade escolar e à comunidade mais próxima, da qual a Escola faz parte;
- 13) Implantar em cada Escola Pública um projeto de Horta Escolar Comunitária, trabalhada pedagogicamente com adubos orgânicos e não químicos, visando a socialização de práticas ecologicamente sustentáveis, cujo produto sirva para complementar a Merenda Escolar dos alunos;
- 14) Socializar junto à comunidade do entorno das Escolas, práticas ecológicas e economicamente sustentáveis, através de Projetos de Cooperativismo Comunitário, como no caso da Horta Comunitária; o Bazar Comunitário e; as Feiras Comunitárias, objetivando estreitar os laços de solidariedade social com a comunidade, e ao mesmo tempo, contribuir no processo de construção de uma consciência ecológica mais ampla que, envolva a sociedade em geral.

Finalmente, com a finalidade de fornecer viabilidade econômica às sugestões propostas, os sujeitos da informação da pesquisa realizada pelo SOCID, colocaram a necessidade de se criar um “FUNDO FINANCEIRO” para custear as despesas com as políticas públicas de

educação ambiental do Estado, a partir de duas fontes de recursos, destinadas a geração da receita orçamentária:

- a) Taxação das grandes indústrias, empresas madeireiras, de mineração e agropecuárias, através de um imposto sobre a poluição ambiental que provocam no meio ambiente, com a finalidade de custear projetos ambientalmente sustentáveis;
- b) Taxação de 1% no valor total do IPVA anual dos proprietários de veículos movidos com tecnologias e combustíveis poluentes do meio ambiente, visando contribuir com o Fundo Financeiro de Educação Ambiental do Estado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Agenda 21: Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Brasília(DF): ISF, 1996.

CARSON, Rachel. Primavera Silenciosa. Boston(EUA): Houghton - Mif Flin Company, 1962.

ENGELS, Friedrich. A dialética da natureza. Rio de Janeiro(RJ): Paz e Terra , 1979.

FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade. Rio de Janeiro(RJ): Paz e Terra, 1969.

GRAMSCI, Antônio. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro(RJ): CIV. BRASILEIRA, 1982.

LIBÂNEO, Carlos. Tendências Pedagógicas na Prática Escolar In. Revista da Associação Nacional de Educação – ANE(SP): ANE, Nº 6,1983.

MARX, Karl. O Capital. Livro I, II e III. Rio de Janeiro(RJ): ZAHAR, 1978.

MELO, Lúcia et. al... Relatório Preliminar do Projeto de Pesquisa “Concepções e Práticas de Educação Ambiental nas Escolas Públicas da Amazônia”. Belém(PA): CCSE/SOCID/UEPA, 2007.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras Aproximações. São Paulo(SP): CORTEZ, 1997.

UEPA. Projeto de Extensão “Escola e Sustentabilidade Ambiental com cidadania. Belém(PA): SOCI/UEPA, 2007.